



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

Recentemente, apresentei, na Assembleia Legislativa, uma interpelação oral ao Governo em relação a apoios junto dos funcionários de níveis básicos, à qual não foram, porém, dadas respostas plenas.

O Governo concede um abono de educação complementar junto dos filhos dos funcionários públicos, o qual se limita apenas ao ensino primário ou secundário, excluindo os funcionários cujos filhos se encontram nas instituições de ensino superior, situação que se trata de uma discriminação para com os últimos. Como sabemos, para os pais, o encargo económico é maior quando os filhos andam no ensino superior, no entanto, as respectivas condições não foram incluídas no âmbito de apoio pelo referido abono, o que contraria o princípio governativo de Promover a prosperidade de Macau através da Educação, traçado pelo Governo da RAEM.

De facto, no ano de 2013 o Governo lançou três medidas de apoio para os funcionários públicos de níveis básicos, incluindo, subsídio de subsistência, subsídio de despesas com a reparação de veículos e subsídio, por uma única vez, de “Pang On Tung”, junto daqueles com dificuldades de vida. Contudo, parece que estas medidas não conseguiram obter resultados significativos, pois as condições de candidatura, segundo vários destes funcionários, são muito rigorosas, não tendo, efectivamente, em consideração as suas necessidades. Este ano, o Governo voltou a lançar mais três medidas de apoio junto dos funcionários públicos de níveis básicos e, assim, deve aprender com o passado, com vista à revisão das deficiências daí decorrentes.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Um dos princípios governativos relevantes do Governo da RAEM refere-se à educação, mas o abono acima referido contraria, de facto, este princípio, uma vez que não estão abrangidos os filhos no ensino superior. Afinal, qual é a razão para o Governo não ponderar esta situação? No futuro, este irá alargar o respectivo âmbito, com vista a incluir os filhos que se encontram no ensino superior?
2. Em 2013, o Governo subvencionou os funcionários públicos de níveis básicos através do subsídio de subsistência, subsídio de despesas com a reparação de veículos, e subsídio, por uma única vez, de “Pang On Tung”. Como é que foram os resultados destas medidas? A sua implementação já aconteceu há dois anos, então, haverá espaço para uma eventual revisão?

29 de Setembro de 2015

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Leong Veng Chai**